

[TRADUÇÃO]

OSCAR HORTA¹**CONTRA A ÉTICA DA ECOLOGIA DO MEDO: POR UMA MUDANÇA NOS OBJETIVOS DE INTERVENÇÃO NA NATUREZA**Traduzido do original inglês² porLARA ANDRÉ³*(Universidade do Minho)***RESUMO**

Os seres humanos intervêm frequentemente na natureza por razões antropocêntricas ou ambientalistas. Um exemplo de intervenção consiste na reintrodução de lobos em áreas previamente habitadas por eles com a finalidade de se criar o que é conhecido como “ecologia do medo”. Na primeira parte deste artigo, discutem-se as razões que têm sido utilizadas em favor dessa medida, e explica-se por que são incompatíveis com um enfoque não especista. Para tal, expõem-se os motivos pelos quais tal medida prejudica notavelmente animais como os cervos, sem tampouco ser benéfica para os próprios lobos. Em seguida, argumenta-se que, se abandonamos uma perspectiva especista, devemos mudar por completo o modo pelo qual intervimos na natureza. Em vez de intervir por motivos ecologistas ou antropocêntricos, nosso objetivo ao fazê-lo deve ser o de reduzir os danos sofridos pelos animais não humanos. A visão idílica segundo a qual os animais não humanos vivem vidas paradisíacas na natureza é completamente incorreta, e de fato há fortes razões para considerar que o sofrimento e a morte prematura prevalecem de forma clara sobre o bem-estar desses animais. Isso faz com que seja ainda mais importante que nosso objetivo seja melhorar sua situação e dar-lhes nossa ajuda, em vez de causar-lhes danos. Todavia, esse objetivo entra em conflito de maneira significativa com alguns ideais ecologistas fundamentais cuja defesa não é compatível com a consideração dos interesses dos animais não humanos.

Palavras-chave: antropocentrismo, ecologia do medo, especismo, intervenção.

ABSTRACT

Humans often intervene in the wild for anthropocentric or environmental reasons. An example of such interventions is the reintroduction of wolves in places where they no longer live in order to create what has been called an “ecology of fear”, which is being currently discussed in places such as Scotland. In the first part of this paper I discuss the reasons for this measure and argue that they are not compatible with a nonspeciesist approach. Then, I claim that if we abandon a speciesist viewpoint we should change completely the way in which we should intervene in nature. Rather than intervening for environmental or anthropocentric reasons, we should do it in order to reduce the harms that nonhuman animals suffer. This conflicts significantly with some fundamental environmental ideals whose defence is not compatible with the consideration of the interests of nonhuman animals.

Keywords: anthropocentrism, ecology of fear, speciesism, intervention.

I. Introdução

Os seres humanos intervêm continuamente na natureza. Há várias razões para que isso seja feito. Na maior parte dos casos, tais intervenções são realizadas simplesmente para que seres humanos sejam beneficiados (como quando se transforma um certo ambiente para torná-lo mais confortável e menos arriscado de nele se viver ou visitar). Em outros casos, intervem-se a fim de manter certos padrões de equilíbrio ambiental. Esse último tipo de intervenção é realizado frequentemente porque é algo que convém aos interesses dos próprios seres humanos. Os motivos podem ser distintos: a promoção do turismo, a obtenção de certos recursos, a satisfação de interesses científicos, culturais, estéticos... Em outros casos, no entanto, intervem-se – pelo menos supostamente – com o propósito único de manter certos padrões de equilíbrio ecológico, assumindo isso como um fim em si mesmo. O que se pressupõe nesses casos é que há um certo valor na preservação de tal equilíbrio. Isso se reflete em um conhecido slogan de Aldo Leopold: “[a]lgo é correto quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. É incorreto quando tende ao contrário” (LEOPOLD, 1996, p. 262).

Apesar disso, os seres humanos muitas raras vezes intervêm na natureza com o objetivo de atender os interesses de outros seres sencientes, isto é, dos animais não humanos. E não apenas isso, as intervenções que realizam frequentemente se revelam prejudiciais para eles. De fato, se se pensa alguma vez em tal prejuízo, é somente na medida em que ele se mostra instrumentalmente relevante para os propósitos que se busca atingir com tais intervenções. A redução dos danos que sofrem os animais, por si mesma, não é considerada um objetivo que deva ser perseguido quando esses tipos de intervenção na natureza são realizados.

Neste artigo, analisarei as razões que podemos ter para apoiar os objetivos que se busca alcançar com diferentes formas de intervenção nos ecossistemas. Para realizar tal análise, começarei examinando um tipo concreto de intervenção: a reintrodução de lobos em lugares nos quais não mais são encontrados. Essa é uma medida danosa para um grande número de animais, mas que tem sido promovida para se atingir certas metas ambientais por meio da imposição aos ungulados da chamada “ecologia do medo” (RIPPLE; BESCHTA, 2004). Tal medida ficou famosa por ter sido implementada nos anos 1990 no Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. Atualmente, encontra-se em processo de implementação também no sudoeste dos Estados Unidos e prestes a ser implementada no México (MARTÍNEZ GUTIÉRREZ, 2007; HENDRICK; FREDRICKSON, 2008; ZAMORA BÁRCENAS, 2011). E seu emprego está sendo discutido também em outros lugares, em especial nas Terras Altas da Escócia (WATSON FEATHERSTONE, 1997; NILSEN et al., 2007; WILSON, 2004; MANNING et al., 2009; bem como BBC News 1999, 2000, 2008; MORGAN 2007; ou O’CONNELL, 2008). Essa medida tem sido muito discutida, mas não devido às consequências que teria para os animais não humanos, mas sim pelo modo como poderia afetar certos interesses humanos (interesses que não seriam

vitais). Este artigo examinará essa forma de intervenção, mas não com o objetivo de descobrir se ela alcança ou não seus objetivos. Nem tampouco para avaliar qualquer outra maneira alternativa pela qual tais objetivos poderiam ser alcançados. Pelo contrário, o que será considerado aqui é a posição ética subjacente à aceitação de tais objetivos. Avaliar-se-á se é correto prejudicar os animais para alcançar tais objetivos. E, em seguida, examinar-se-ão as razões que podemos ter para intervir na natureza para alcançar um propósito completamente distinto, que é o de ajudar os animais e fazer com que os danos que sofrem possam ser cada vez menores. Este artigo argumentará que isso é algo que deveríamos ter como meta ainda que se entre em conflito com o que ecologistas possam considerar valioso. Dessa forma, o motivo pelo qual este artigo examinará a reintrodução de lobos não será apenas para analisar suas circunstâncias concretas, mas porque representa um exemplo que nos permite estudar a questão, mais geral, de quais devem ser os objetivos que devemos buscar quando atuamos na natureza.

Isso significa que a posição que se defenderá aqui não deve ser confundida com uma crítica à intervenção na natureza *per se*. A conclusão será que intervir na natureza não está justificado quando fazê-lo gera mais dano para os animais não humanos. Mas também serão indicadas quais outras intervenções deveriam, essas sim, serem conduzidas.

Para defender isso, proceder-se-á aqui da seguinte maneira. Primeiro, na seção 2, explicar-se-ão as razões pelas quais ecologistas defendem a reintrodução de lobos, e as maneiras pelas quais tal reintrodução seria danosa para um grande número de animais. Em seguida, na seção 3, indicar-se-á que ao se propor essa medida está-se considerando os interesses dos animais não humanos de um modo completamente diferente de como se consideram os interesses humanos. Na seção 4, argumentar-se-á que tratar os animais não humanos comparativamente pior do que os humanos nos casos em que seus interesses são igualmente importantes para eles revela-se injustificado. Sinalizar-se-á que se trata de uma forma de especismo. Sendo assim, na seção 5, argumentar-se-á que isso se constitui em uma séria objeção à maneira pela qual os interesses dos animais são considerados em casos como o mencionado acima. Indicar-se-á que seus defensores assumem um ponto de vista especista. Em seguida, na seção 6, considerar-se-á a afirmação de que uma intervenção como essa poderia ser realmente positiva para os animais não humanos, mesmo que seja um fato que tal intervenção jamais seria realizada se os afetados por ela fossem os humanos. Argumentar-se-á que não se realizou uma investigação a fundo sobre esse tema, e que há razões para duvidar dessa afirmação. Por sua vez, na seção 7, considerar-se-á a afirmação de que sem superpredadores, os herbívoros acabariam por desaparecer de regiões como as Terras Altas escocesas. E na seção 8, afirmar-se-á que esse argumento é inconsistente com a prática de pecuária. Posteriormente, na seção 9, examinar-se-ão algumas possíveis consequências para outros animais que a reintrodução de lobos poderia ocasionar, devido ao efeito da cascata trófica. Na seção 10, introduzir-se-á outro argumento indicando que há fortes razões para duvidar de

nossas suposições habituais acerca de como é a vida dos animais na natureza. Veremos alguns dados básicos de ecologia animal e dinâmica de populações que podem levar-nos a concluir que o sofrimento dos animais não humanos supera amplamente seu bem-estar. Em seguida, na seção 11, analisar-se-á se temos outras razões para pensar que essa intervenção possa ter um resultado positivo. Isso estaria de acordo com um ponto de vista biocêntrico ou holista ambientalista. Mantereí que nenhuma dessas posições pode ser considerada convincente. Em seguida, na seção 12, defender-se-á que nenhuma dessas razões nos leva a rejeitar intervir na natureza. Pelo contrário, argumentarei que nos dá fortes razões para intervir a favor da redução dos danos sofridos pelos animais. Finalmente, na seção 13 são expostas as conclusões.

II. A ecologia do medo: os efeitos da reintrodução de lobos para os cervos

A reintrodução de lobos é frequentemente defendida porque é vista como positiva em si mesma (MECH, 1995). Acredita-se frequentemente que a restauração de ecossistemas previamente existentes é algo ecologicamente valioso⁴. No entanto, há outras razões pelas quais se há defendido essa reintrodução. Nas Terras Altas escocesas essa medida tem sido debatida recentemente com base no argumento de que a população de cervos europeus tem crescido demais e, ao pastar, está causando um dano significativo à vegetação local. Tem-se mantido que a reintrodução de lobos reverteria esse processo. Essa afirmação baseia-se em conclusões derivadas do que se passou em Yellowstone. Ali a reintrodução de lobos foi realizada em 1995 e 1996. Os últimos lobos que haviam anteriormente habitado o parque haviam sido mortos em 1926. No entanto, após muito debate, setenta anos depois foram levados ao parque 31 lobos-ocidentais (*Canis lupus occidentalis*) trazidos do Canadá. Desde então, seu número cresceu para 124 em 2008 (SMITH et al., 2009). Por razões estéticas, muitas pessoas consideram ter novamente lobos em Yellowstone, e esta foi uma das razões pelas quais eles foram reintroduzidos. Mas essa medida foi também conduzida, várias décadas antes, como uma tentativa de restaurar a cadeia trófica anterior à eliminação dos lobos do parque. A razão para isso é que na ausência de lobos, cervos, mais precisamente os uapitis (*Cervus canadensis*), encontravam-se livres para se movimentar e prosperar pelo parque, mesmo que durante décadas tenham sido caçados em enormes quantidades pelos seres humanos. E também se argumentou que os cervos estavam pastando em excesso em algumas áreas do parque. Em particular, a partir de posições ecologistas, considerou-se que isso era preocupante devido ao fato de que os cervos estariam alimentando-se de brotos de álamos e salgueiros. Por esse motivo, a população dessas árvores estava envelhecendo, já que não cresciam mais árvores jovens (por desaparecerem os brotos jovens antes que crescessem). Essa cadeia causal é, no entanto, objeto de debate (SINGER, 1996; MECH, 2012), mas após muita discussão assumiu-se nos anos 1990 que introduzir os lobos era a única maneira confiável de frear esse processo. Essa medida continua sendo defendida desde então, argumentando-se que, sem

predadores, os cervos continuariam tendo um efeito negativo na vegetação (WAGNER et al., 2006; BEYER et al., 2007; BESCHTA, RIPPLE, 2010).

Como podem os lobos evitar que ungulados comam os brotos dessas árvores? Obviamente, uma forma de fazê-lo é matando cervos e, assim, reduzindo seu número – estima-se que em média, cada lobo mate cerca de 22 uapitis em Yellowstone (WHITE et al., 2005, p. 36), e que, após a reintrodução dos lobos, a manada de uapitis do norte de Yellowstone declinou em cerca de 50% ou mais (SMITH, 2005, p. 23; WHITE et al., 2005, p. 35-36). No entanto, o fator-chave aqui é outro. Consiste no medo. Se os lobos encontram-se na região, suas vítimas potenciais temem pastar em pradarias abertas, devido ao fato de que nesses lugares os lobos podem vê-los de forma muito mais fácil. Assim, ao terem que se esconder nos bosques e obter seu alimento dos arbustos e ramos baixos das árvores, deixam de comer os brotos de árvores ao longo dos rios (RIPPLE, LARSEN, 2000; RIPPLE; BESCHTA, 2007; PREISSER et al., 2005). Essa é a razão pela qual as relações bióticas que assim surgem têm recebido o nome de “ecologia do medo”. E a paisagem resultante – na qual, apesar de herbívoros viverem na área, não pastam em campos abertos – tem-se chamado de “paisagem do medo” (LAUNDRE, J. W. et al., 2010).

Algumas críticas têm sido apresentadas contra a ideia de que a imposição da ecologia do medo tem alcançado efeitos ambientais benéficos como os buscados com ela (KAUFFMAN et al., 2010; MECH, 2012). Mas a questão que aqui nos interessa analisar não é essa, mas sim se tal ação justifica os danos infligidos aos animais. E a maneira pela qual os herbívoros veem-se prejudicados pela ecologia do medo apresenta-se de forma clara. O dano que lhes é infligido não se limita a sua morte, mas inclui também seu sofrimento. O medo pode constituir um sofrimento psicológico tremendo. E essa não é a única maneira pela qual os animais são prejudicados pela reintrodução de lobos. Também sua alimentação torna-se mais pobre. Isso foi igualmente observado em Yellowstone. O motivo foi que, como os cervos não se atrevem a alimentar-se fora dos bosques, sua nutrição ficou notavelmente pior após a chegada dos lobos (CHRISTIANSON; CREEL, 2010). (De fato, essa foi, juntamente com a matança, uma das razões pelas quais sua população declinou. Os uapitis encontram-se mais fracos e mais suscetíveis de morrer de outras causas, e têm assim menos descendentes [CREEL et al., 2009]). Podemos dessa forma concluir que esse tipo de medida impõe um dano significativo aos herbívoros que se encontram submetidos a uma ecologia do medo. Por outro lado, poderíamos acreditar que essa medida beneficia os lobos. Mas esta seria uma afirmação controversa. As reintroduções não beneficiam os lobos que, de fato, são capturados, transportados e soltos em um ambiente desconhecido. Para eles, seria melhor se não os importunassem e os deixassem nos lugares de onde provêm (a não ser que estivessem morrendo de fome, ou que estivessem sendo prejudicados de outra maneira). E, além disso, há lobos que morrem nas mãos de pessoas que não são partidárias de sua reintrodução (VANGUARDIA, 2012). Poderíamos, em todo caso, dizer que a medida seria benéfica para

aqueles lobos que existiriam no futuro. Para afirmar isso, no entanto, necessitamos assumir uma concepção impessoal do valor de acordo com a qual ao tornar possível que existam seres no futuro estamos beneficiando-os (uma posição que supõe, por exemplo, que se não temos filhos ou filhas estamos deixando de fazer algo bom – ao menos em certo aspecto – para certos seres potenciais). Essa afirmação é muito controversa. Mas, de qualquer maneira, considerando os números de ungulados e lobos envolvidos (recordemos que cada lobo mata em média 22 uapitis a cada ano em Yellowstone), parece claro que, mesmo que aceitemos essa afirmação, temos, no entanto, que afirmar que o dano que essa medida impõe a certos animais ultrapassa claramente os benefícios que pode trazer a outros.

III. Uma consideração de interesses claramente diferente

A reintrodução de lobos não está livre de controvérsias importantes. Muitas pessoas opõem-se fortemente a ela. Mas os argumentos para tal não têm a ver com os interesses dos animais não humanos. Os fazendeiros de regiões vizinhas são alguns dos que objetam de forma mais notável a reintrodução de lobos. Protestam dizendo que os lobos poderiam matar alguns dos animais que mantêm em suas propriedades. Certamente, o que os preocupa não é o que resulta bom para esses animais (pois, afinal, são criados pelos próprios fazendeiros para serem mortos). Pelo contrário, fica evidente que o interesse que os fazendeiros têm em que não haja lobos na região onde se encontram é um interesse econômico. Também os caçadores frequentemente se opõem a essas medidas a fim de terem mais ungulados disponíveis para caça. (A suposta preocupação devida a ataques de lobos a humanos é também às vezes apresentada como uma razão contra sua reintrodução. No entanto, esses ataques são tão extremamente raros que esse parece ser um argumento usado simplesmente por quem se opõe à presença de lobos pelas outras razões mencionadas acima com o único objetivo de reforçar seu argumento, mas não porque o levem a sério).

Agora, se comparamos o peso dos interesses implicados, há um contraste óbvio. Um interesse em ganhar um pouco mais de dinheiro ou em obter um pouco de entretenimento matando animais é claramente menos importante do que um interesse em não perder a vida (por ação de um lobo ou de um caçador humano). E é também inferior a um interesse em não sofrer medo contínuo e em não estar em situação de fome e malnutrição. No entanto, o primeiro interesse pode ser crucial na hora de impedir que essas medidas sejam levadas adiante, enquanto que aos últimos não se dá absolutamente nenhuma importância. Os protestos por parte dos fazendeiros e caçadores são normalmente levados a sério, enquanto que a preocupação pelo que é bom para os animais nem sequer é considerada algo sério. Por que é assim? A resposta é óbvia. Os diferentes interesses implicados no tema não são considerados conforme o peso que têm de fato para os que os possuem. Pelo contrário, são considerados na medida em que são ou não interesses dos seres

humanos. Torna-se evidente que se, em vez de ungulados, quem fosse morto ou sofresse fossem humanos, a reintrodução de lobos não seria sequer discutida. Isso pressupõe que ao menos uma das seguintes afirmações é correta:

a. A reintrodução de lobos seria uma medida boa mesmo que se supusesse que muitos seres humanos viessem a ser aterrorizados, sofressem devido à fome e fossem mortos.

b. A reintrodução de lobos deve ser considerada inaceitável dadas as maneiras pelas quais prejudica os animais que são por eles caçados.

c. Os interesses dos seres humanos e dos animais não humanos têm que ser considerados de maneira completamente diferente.

Para a maior parte das pessoas, (a) não pode ser considerada aceitável. Isso inclui aqueles teóricos que têm defendido a chamada ética da terra e outros pontos de vista ecologistas (CALLICOTT, 1990, p. 103; 2000, p. 211). Se consideramos isso correto, temos que abordar a questão de se devemos aceitar (b) ou (c). Para analisar isso, consideraremos se a afirmação (c) pode ser justificada.

IV. Questionando o especismo antropocêntrico

Há distintas maneiras pelas quais se tem defendido que os interesses dos seres humanos devem ser tratados de um modo tal que não é necessário considerar os interesses dos animais não humanos. As defesas dessa ideia podem ser agrupadas em cinco categorias gerais. Em primeiro lugar, essa ideia é frequentemente tomada como evidente ou assumida como correta por mera definição. Afirma-se que deveria ser óbvio que os interesses dos humanos devem contar mais do que os dos animais não humanos. Essa posição não oferece nenhum argumento em favor da afirmação que defende.

Mas há outras maneiras pelas quais essa perspectiva pode ser defendida. Por exemplo, afirma-se às vezes que devemos assumi-la porque os humanos têm um status ontológico superior ao dos animais, ou porque os humanos são a espécie escolhida por Deus (ARISTÓTELES, 2004, p. 1254 a-1256b; REICHMANN, 2000). Essas posições apelam a características intrínsecas ou a relações cuja existência não pode ser passível de ser verificada ou falseada de nenhuma maneira. Não há um modo pelo qual possamos verificar que todos os humanos e nenhum outro animal têm essas características ou relações porque não há nenhum modo pelo qual possamos provar que *qualquer* indivíduo possa tê-las. Dessa maneira, essas afirmações são similares às alegações definicionais. Assumem de algum modo que os humanos têm alguma forma de status privilegiado, que é justamente o que se necessitaria provar. Falham assim em justificar a ideia de que os interesses humanos são mais importantes moralmente que os dos animais não humanos.

Mas, além dessas, há outras maneiras pelas quais se tem defendido o predomínio dos interesses humanos. Tem-se mantido que os humanos possuem certas características (consistindo,

basicamente, de determinadas capacidades intelectuais), que nenhum animal não humano possui. E tem-se mantido que tais características são as que deveriam determinar que alguém deve ser moralmente considerado [ver, por exemplo, (DESCARTES, 1932); ou, em tempos mais recentes: (CARRUTHERS, 1992)]. Além disso, tem-se afirmado em outros casos que os humanos mantêm certas relações especiais de solidariedade, simpatia ou poder que os animais não humanos não mantêm, e que isso é o que determina se devemos ou não considerá-los moralmente (WHEWELL, 1852, p. 223).

No entanto, como têm apontado muitas pessoas que trabalham no campo da ética animal, esses argumentos não traçam uma linha que separe os humanos dos não humanos. Há muitos seres humanos, como as crianças pequenas e aqueles com deficiência intelectual que carecem das mencionadas capacidades intelectuais. E também há seres humanos que se encontram em uma situação de isolamento e debilidade, e que portanto não têm as relações consideradas relevantes conforme esses argumentos. Isso significa que se queremos defender a consideração moral de todos os seres humanos, não podemos admitir a relevância moral dos critérios que excluem os animais não humanos.

Esse argumento poderia nos levar a refutar a ideia de que esses critérios são moralmente relevantes, algo que poderíamos já concluir por meio de um argumento diferente, se considerarmos o que se segue. Ter certas capacidades ou relações é algo que pode nos tornar suscetíveis de sermos prejudicados ou beneficiados de certas maneiras. Mas não é o que determina que possamos ser prejudicados ou beneficiados em *termos absolutos*. Isso é determinado, pelo contrário, pelo fato de que somos seres sencientes, que podem ter experiências positivas e negativas. Portanto, se queremos tomar nossas decisões de acordo com aquilo que pode ser bom ou ruim para aqueles que podem ser afetados por elas, necessitamos considerar que é relevante que os afetados percebam-se como prejudicados ou beneficiados. Se aceitamos esse argumento baseado em um apelo à relevância, rejeitaremos qualquer critério para a consideração moral que difira da senciência.

Assim, pode-se concluir que todas as defesas do predomínio dos interesses humanos fracassam, de maneira que não podemos considerar que essa posição esteja justificada. Se isso é correto, devemos concluir que tal posição é uma forma de discriminação especista.

V. Uma política especista

A conclusão que se segue é que há que se considerar injustificada a suposição de que a reintrodução dos lobos é aceitável porque os indivíduos que seriam prejudicados por ela são animais não humanos, e não seres humanos. Aqueles que defendem tal medida não estão considerando de maneira igualitária o peso dos interesses dos seres humanos e dos animais não humanos. Mas, assumem, em vez disso, uma posição especista de acordo com a qual se aceita

sacrificar os interesses de animais não humanos para propósitos pelos quais não se sacrificariam interesses humanos menos importantes. Isso tem que ser concluído independentemente de estarmos ou não de acordo com essa medida. Pois se também pensássemos que seria correto sacrificar cervos para conservar álamos ou outras árvores, ou se devido à conservação dessas plantas haveria outras consequências desejáveis, poderíamos evitar o especismo se também aceitássemos sacrificar seres humanos por esse mesmo motivo. No entanto, essa última situação nunca acontece. A maioria das pessoas rejeitaria tal posição no caso de envolver seres humanos. Ainda que existam alguns teóricos que a tenham defendido, como Linkola (2009) – que apoia a matança massiva de seres humanos e medidas similares em favor do meio ambiente – essa posição é amplamente repudiada. As opiniões de teóricos como Linkola têm sido rechaçadas pela maior parte das teorias ambientalistas, que assumem posições antropocêntricas – *inclusive as que as combinam com uma perspectiva ambientalista holística ou biocentrista* [ver, por exemplo: (NÆSS, 2005, p. 98; CALLICOTT, 1989; NORTON, 1987, p. 13; VARNER, 1998, p. 79; ou HARGROVE, 1992)]. E além disso, fica também claro que as propostas que pressupõem a matança massiva de seres humanos não têm tido influência alguma na hora de se planejar as diretrizes de acordo com as quais se gestiona e se atua na natureza atualmente.

VI. A reintrodução de lobos é boa para outros animais?

Poder-se-ia afirmar que mesmo que a reintrodução de lobos fosse uma medida especista, poderia, no entanto, ser uma medida que deveríamos aceitar, porque seria positiva para alguns animais não humanos. Há algo que resulta bastante estranho nessa suposição, posto que aqueles que recusariam aplicar tal medida (caso os afetados fossem humanos) o fariam devido a uma preocupação pelos próprios humanos. Se pensassem que a medida fosse boa para os indivíduos afetados por ela, não teriam problema algum em aplicá-la ainda que os afetados para o bem ou para o mal por tal medida não fossem animais não humanos, a não ser que fossem todos eles humanos. Em qualquer caso, isso não é algo totalmente conclusivo. Poderia simplesmente ocorrer que a concepção do valor daqueles que se oporiam a essa medida (caso humanos fossem afetados) fosse incorreta.

Portanto, para enfrentarmos adequadamente esse problema é necessário examinar se temos razões para afirmar que os benefícios que alguns indivíduos obteriam se essa intervenção ocorresse superariam os danos que outros sofreriam. Poder-se-ia admitir que, à luz dos diferentes estudos que têm sido realizados em apoio a essa medida, não deveríamos duvidar dos muitos benefícios que ela poderia trazer para os animais que vivem em um ecossistema que aparentemente se enriqueceria por tal intervenção. No entanto, o que tais estudos têm apontado é o efeito que poderia haver na manutenção de um certo equilíbrio no ambiente ou no estímulo à biodiversidade. Mas isso não equivale de modo algum a um exame claro do problema de se tais

efeitos implicariam um nível maior de bem-estar agregada para os animais implicados. Nem realmente dá uma resposta, em especial, à questão de se a introdução de lobos poderia causar um aumento nos níveis de bem-estar presente no ecossistema suficiente para compensar o impacto em termos de sofrimento e privação de bem-estar infligidos aos cervos e outros animais. De fato, é muito revelador que essa questão não tenha sido analisada dessa maneira por aqueles estudos que tratam das consequências da reintrodução de lobos. A razão é, obviamente, que não se considera sequer que isso constitua um problema.

Essa falta de investigação significa que não ficou demonstrado que a bem-estar dos animais seria aumentada, em vez de reduzida, por essa medida. De todo modo, poder-se-ia afirmar que isso seria óbvio considerando alguns fatos que têm sido estudados empiricamente que parecem relevantes para o bem-estar dos animais. Vamos ver agora algumas razões que podem ser apontadas para defender essa posição.

VII. Efeitos futuros em herbívoros

Um argumento que poderia ser considerado nessa questão foi apresentado por Aldo Leopold (LEOPOLD, 1966, p. 139-140, p. 268) há várias décadas. Leopold defendeu que, após o extermínio de lobos em muitos estados dos EUA, os cervos se reproduziram em grande número até que consumiram todo alimento disponível e, finalmente, desapareceram. Supostamente, isso teria tido um impacto terrível no bem-estar dos herbívoros que poderia ter sido evitado com a presença de predadores. Essa afirmação, no entanto, está longe de ser clara.

Poder-se-ia considerar que Leopold está referindo-se aqui aos efeitos da eliminação de predadores, mais do que a sua reintrodução. É preciso considerar também que suas observações foram feitas em décadas recentes, enquanto que em outros lugares os lobos desapareceram há séculos (no caso da Escócia, os lobos foram mortos no século XVII ou XVIII). E cabe também considerar que mesmo em um local como Yellowstone, onde os lobos foram finalmente reintroduzidos, a medida foi implementada devido ao impacto dos cervos em algumas espécies particulares de plantas, e não porque estivessem “pastando em excesso” no parque. De qualquer maneira, esse não é o ponto principal. Mais importante do que isso é que o interesse de Leopold nesse ponto não era realmente o bem-estar dos animais, mas sim a conservação de um certo ecossistema.

Assim, mesmo que o fato de cervos pastarem resultasse no efeito que ele descreve, não está absolutamente claro que isso implicaria um dano maior que a contínua imposição de uma ecologia do medo a toda uma população de cervos. Em algum momento, o número agregado de animais prejudicados e mortos por essa medida seria muito maior do que o de animais que morreria devido a uma falta de alimento. Considere-se aqui algo que foi apontado acima: quando

o alimento se torna escasso, os ungulados têm menos descendentes, o que reduz o número de indivíduos que sofrem devido à fome.

Além disso, há algo mais que acontece no caso da reintrodução de lobos na Escócia que mostra uma clara inconsistência em sua defesa. É o que veremos na continuação.

VIII. Um argumento inconsistente com a pecuária

As pessoas que apoiam a reintrodução de lobos têm afirmado que, ainda que seja compreensível que fazendeiros temam que os lobos matem alguns dos animais que mantêm como sua propriedade, deveriam valorizar uma outra consequência da reintrodução. Essa consistiria no fato de que haveria menos cervos para competir pela busca de alimento com animais como as ovelhas. Além disso, uma das razões apresentadas para defender a reintrodução dos lobos é justamente que os cervos competem com as ovelhas por alimento (CLUTTON-BROCK et al., 2004; NILSEN et al., 2007). De um ponto de vista não especista que leve em consideração os interesses das ovelhas, isso é moralmente inaceitável (pois, antes mesmo de se entrar em outras considerações, a pecuária ovina já seria vista como inaceitável). Mas há algo mais a ser dito aqui.

Se houvesse uma preocupação verdadeira pelo impacto na vegetação em decorrência da presença de cervos, a primeira medida a ser introduzida seria eliminar a pecuária ovina. As ovelhas pastam e seu impacto na vegetação local é similar ao que se considera ser negativo quando seus causadores são os cervos. Torna-se óbvio que a pecuária tem os mesmos efeitos que se procura combater mediante a reintrodução de lobos, sem que seja considerada catastrófica pelos defensores da reintrodução de lobos. A razão para isso está muito clara. Consiste no fato de que seres humanos beneficiam-se da exploração de ovelhas.

E além disso, os lobos matam muitos animais mantidos por seres humanos para sua exploração. Por exemplo, estimou-se que naquelas áreas do território espanhol nas quais vivem, lobos causam cerca de 80% da mortalidade de ovelhas por causas que são consideradas “naturais” (BLANCO, 2000) – isto é, aquelas mortes que ocorrem antes que os próprios seres humanos matem as ovelhas. No entanto, o fato de lobos matarem ovelhas não é considerada uma razão para sua reintrodução, pelo contrário, é visto como uma razão *contra* ela. O fato de lobos matarem outros animais é visto como algo positivo desde que sejam animais de cuja exploração os seres humanos não se beneficiam. Do contrário, é visto como algo negativo. Isso explica também por que caçadores veem o fato de que lobos reduzem a população de alguns ungulados como negativo: porque veem esses animais como os fazendeiros veem as ovelhas, como animais disponíveis para seu uso (como “recursos cinegéticos” para serem caçados).

E mais, como aponta NILSEN (2007, p. 1000), e como se pode descobrir facilmente olhando-se os informes oficiais sobre a questão (SCOTTISH GOVERNMENT RURAL AND ENVIRONMENT RESEARCH AND ANALYSIS DIRECTORATE, 2010), a pecuária ovina é

mantida na Escócia basicamente graças a subsídios. Do contrário, não seria uma atividade rentável. Se consideramos os interesses dos cervos, isso faz com que a reintrodução de lobos se mostre como uma medida cínica.

Poder-se-ia argumentar que há uma diferença entre o impacto causado pelas ovelhas e pelos cervos, que consiste no fato de cervos pastarem no que se considera áreas mais ou menos “selvagens”, enquanto que as ovelhas o fazem em lugares mais próximos de onde vivem os seres humanos, ou que tenham sido mais afetadas pela ação humana. O fato é que isso frequentemente não acontece dessa maneira, mas, em qualquer caso, não faz uma diferença relevante. A razão pela qual certas áreas são consideradas mais selvagens é que os seres humanos as têm transformado menos até o momento. Mas isso, mesmo aceitando o argumento de que os ecossistemas devem ser restaurados quando forem alterados, não dá necessariamente mais razão para restaurar as zonas menos transformadas do que para restaurar as mais transformadas. Em qualquer caso, isso também não significa que o sofrimento e a morte dos animais que estão em algumas zonas seja menos importante do que os que estão em outras.

IX. Efeitos da cascata trófica

Além do argumento que acabamos de considerar, há outra forma pela qual poderíamos crer que essa intervenção poderia aumentar o bem-estar agregado dos animais não humanos. Talvez isso poderia ocorrer por meio de algumas alterações mais ou menos complexas das cadeias tróficas. Evidentemente, se somente considerarmos os lobos e os animais por eles caçados, a reintrodução de lobos tem um impacto claramente negativo em termos de bem-estar e sofrimento dos animais. Mas essa medida pode ter muitas outras consequências. Por exemplo, observou-se que o desaparecimento de lobos nos EUA levou a um aumento na população de mesopredadores como os coiotes, o que significou que alguns dos animais que são por eles caçados, como as antilocabras, têm sido mortos em maiores quantidades (PRUGH, 2009). E relações tróficas mais complexas podem ver-se alteradas pelo fato de no ecossistema em questão existirem ou não lobos. Certamente, se isso supusesse menos sofrimento total para os animais selvagens, teríamos fortes razões para apoiar essa medida. Entretanto, tais efeitos complexos permanecem sem serem suficientemente investigados. As coisas poderiam ser ao contrário. Não compreendemos ainda todas as ramificações, para o bem ou para o mal, que a introdução de uma ecologia do medo tem sobre o bem-estar e o sofrimento dos animais não humanos. Porém, conhecemos o dano imposto a suas vítimas. Isso nos dá uma razão a favor de rejeitarmos essa medida.

Poder-se-ia responder a isso apontando que a reintrodução de lobos causa um grande aumento na biodiversidade porque, quando lobos matam outros animais, os necrófagos têm mais alimento, o que lhes permite reproduzirem-se e multiplicarem-se. Isso acontece em particular no caso dos insetos. Portanto, isso poderia ser algo que aumentaria, em vez de reduzir, o bem-estar

total experimentado pelos animais. A razão seria, simplesmente, que poderia haver mais seres sencientes vivos⁵. Esse poderia parecer um argumento razoável à primeira vista. Contudo, há algumas razões de peso para rejeitá-lo. É o que será visto na continuação.

X. A questão do predomínio do sofrimento sobre a felicidade na natureza

Muita gente mantém uma visão idílica da natureza segundo a qual os animais no mundo selvagem vivem vidas que em geral são felizes. De acordo com essa visão, assume-se que o equilíbrio ecológico é positivo para os animais. Essa é uma visão tão comum que é normalmente aceita como verdadeira e nunca é examinada. Entretanto, não podemos considerá-la válida sem realizar tal exame. Como aponta acertadamente Yew-Kwang Ng (NG, 1995, p. 261): “sem os estudos biológicos do bem-estar, como podemos saber que o equilíbrio natural na biosfera é desejável?”.

Infelizmente, quando realizamos de fato tal estudo, descobrimos que a visão idílica da natureza é incorreta. O motivo fundamental por que isso ocorre tem a ver com as estratégias reprodutivas geralmente adotadas pelos animais. As estratégias reprodutivas que maximizam a aptidão inclusiva para a transmissão de informação genética resultam comumente no nascimento de muito mais animais do que os que sobrevivem (PIANKA, 1970; STEARNS, 1992; SAGOFF, 1984; COLYVAN, 2008). A razão para isso ocorrer é que as chances de se chegar à maturidade sexual e reprodutiva para um animal que acaba de iniciar sua existência podem ser extremamente baixas. Este é o caso, em especial, dos animais pequenos, que podem gerar centenas, ou mesmo milhares de ovos. Acontece também que esses animais são, de longe, os que existem em maior número na natureza. Dessa forma, a maioria dos animais que começam a existir morrem muito pouco tempo depois de ter começado a serem sencientes. Muitos deles morrem de fome. Outros são comidos vivos por predadores ou parasitas. O resultado é que quase com toda certeza a maioria dos animais experimenta mais sofrimento do que bem-estar positivo em suas vidas (NG, 1995; HORTA, 2015; TOMASIK, 2015).

Tendo em vista isso, a suposição de que a conservação do equilíbrio ambiental é em conjunto positiva para os animais mostra-se altamente questionável. Teríamos que claramente rejeitá-la se mantemos uma concepção do valor de caráter igualitarista, sufficientista ou conforme um princípio *maximin* (HORTA 2016). Ou se assumimos qualquer outra posição de acordo com a qual uma situação em que alguns indivíduos obtêm certos benefícios mas outros são prejudicados não pode ser aceitável (como pode ser o caso daqueles indivíduos que mantêm uma perspectiva deontológica ou de ética das virtudes). Ou também se aceitamos as posições que indicam que o combate ao desvalor tem prioridade, relativa ou absolutamente, sobre a promoção do valor positivo (KNUTSSON 2016). Mas também teríamos que rejeitá-la se deixamos de lado

quaisquer dessas perspectivas e aceitamos uma concepção agregativa do valor segundo a qual o desfrute de coisas valiosas por parte de certos indivíduos pode compensar o sofrimento por conta de coisas negativas por outros. A razão pela qual isso é assim é bastante impactante, mas não por isso menos real. Consiste no fato de que, como vimos, os animais que vivem vidas com mais sofrimento do que bem-estar são a maioria *absoluta* dentre os animais sencientes que existem na biosfera terrestre.

Assim sendo, as teorias que se baseiam em concepções agregativas do valor (como o utilitarismo) teriam que se unir a todas as demais perspectivas mencionadas anteriormente na reprovação à ideia de que a situação atual é boa.

Tudo isso implica que a suposição de que o equilíbrio ecossistêmico atual é bom para os animais, que é amplamente aceita sem ser realmente considerada com suficiente atenção, deve ser rejeitada. Isso deve levar-nos a encarar de uma maneira totalmente diferente a questão da intervenção na natureza, não somente no caso que estamos examinando aqui, mas também de maneira geral.

XI. A rejeição das posições holistas e biocêntricas

Vimos que temos razões para rechaçar aquelas intervenções na natureza que prejudicam os animais não humanos. A isso opõem-se as pessoas que defendem uma ética de acordo com a qual na natureza há outros valores que devem ser protegidos. Quem defende o holismo ambiental ou o biocentrismo poderia argumentar dessa forma. Porém, a não ser que assumamos um ponto de vista especista, esses posicionamentos serão rejeitados pela maioria de nós, como apontado anteriormente. Com exceção de uma minoria muito reduzida de ecologistas mais ou menos consistentes como Linkola, a maioria daqueles que afirmaram defender ou o biocentrismo ou o holismo ambientalista, combinaram de fato tais opiniões com uma posição especista antropocêntrica. Do contrário, aceitariam a matança massiva de seres humanos em favor do equilíbrio ambiental. Afinal, sabemos perfeitamente que o modo pelo qual os seres humanos alteram tal equilíbrio supera imensamente o modo pelo qual o faz um ungulado ou outro animal. No entanto, como vimos, nem Callicott nem, certamente, Leopold, mantiveram tal posição. Nem tampouco teóricos tais como Paul Taylor (1986) ou Gary Varner (2002), que afirmaram manter posições biocêntricas, assumem que o valor da vida de um humano seja equivalente à de seres vivos não sencientes como os procariontes (bactérias e arqueas). Ou os eucariontes não sencientes (como protistas, fungos ou plantas). Nem sequer, que nossas vidas são tão valiosas quanto a vida de cada uma das células que compõem nossos próprios corpos.

Há uma concepção do valor que explica isso e ao mesmo tempo rejeita o especismo. À luz do que afirmei na seção 4, podemos defender que aqueles que podem ser beneficiados ou prejudicados são os indivíduos que têm a capacidade de ter experiências positivas ou negativas.

Uma vida sem absolutamente nenhuma experiência careceria de qualquer valor. De fato, não haveria nenhum sujeito vivendo-a. E os ecossistemas tampouco são entidades conscientes. Somente os indivíduos que neles vivem o são. Portanto, esses últimos são os únicos que devem ser considerados moralmente, e não os ecossistemas, as biocenoses ou os biotas propriamente ditos. Sendo assim, deveríamos preocuparmo-nos com as consequências que as intervenções na natureza têm para os animais sencientes, mais do que para os seres não sencientes ou para os ecossistemas. Podemos, obviamente, ter que nos preocupar com a maneira pela qual tais intervenções podem afetar os seres sencientes, mas por razões indiretas relativas a aquilo que resulta bom para eles.

Isso também nos leva a rejeitar uma distinção que numerosos ecologistas traçam entre aqueles animais que pertencem respectivamente, como costumeiramente são chamadas, “comunidade biótica” e “comunidade mista (de humanos e animais não humanos domésticos)” (CALLICOTT, 1989). Essa distinção mostra-se completamente inaceitável de um ponto de vista não especista. Os mesmos princípios que podemos adotar na hora de considerar aqueles animais não humanos que são explorados pelos seres humanos deveriam ser aplicados no caso daqueles que vivem na natureza. Não há nenhuma boa razão para discriminar os primeiros, ou os últimos. Visto que todos eles podem ser afetados positiva ou negativamente por sua interação com outros seres, os danos que podem sofrer devem ser considerados exatamente da mesma maneira. [Além disso, o uso do termo “comunidade biótica” dá margem à confusão, pois na biologia, esse termo é empregado para nomear conjuntos de populações que interagem em um certo ecossistema, sem que tenham que possuir objetivos comuns e redes de colaboração, que é o que define as comunidades no âmbito da ética e da filosofia política (HORTA, 2013)].

XII. Mudando os objetivos de intervenção na natureza

O que acabamos de ver tem outro corolário importante. Conforme os argumentos apresentados até aqui, temos que rejeitar as intervenções cujo objetivo é a conservação de um certo equilíbrio ambiental prejudicando animais sencientes. Porém, nada do que vimos supõe que haja algo inerentemente equivocado em intervir ou evitar intervir na natureza. É óbvio que esse não precisa ser o caso se assumimos uma posição antropocêntrica. Vimos que se aceitarmos uma perspectiva holística de acordo com a qual, para colocar nos termos de Leopold, “a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica” fosse o *locus* do valor, teríamos, contudo, razões para intervir na natureza. De fato, a reintrodução de lobos pode ser um exemplo de política alinhada com essa perspectiva. Mas se assumirmos uma posição não especista de acordo com a qual se devem considerar os interesses dos seres sencientes afetados, temos também razões para intervir na natureza. Entretanto, tais intervenções teriam que ter como objetivo reduzir, e não aumentar, os danos que sofrem os animais não humanos. Tais intervenções seriam muito mais

desejáveis do ponto de vista dos animais não humanos, especialmente considerando-se o quão dura é a situação em que eles se encontram no mundo selvagem.

Vimos também que a posição de que a conservação do equilíbrio ambiental dos ecossistemas é algo valioso em si mesmo é, de fato, altamente questionável. Sendo assim, parece que podemos modificar a afirmação apresentada acima. Vimos que temos razões para nos opormos à desconsideração dos animais. Isso supõe que quando intervimos na natureza, deveríamos fazê-lo de formas que não fossem negativas para os animais. Porém, podemos já ir um pouco mais além, e afirmar algo mais. Também temos razões para intervir na natureza quando fazê-lo reduziria os danos que sofrem os animais não humanos. De fato, teríamos razões para fazer isso mesmo que entrasse em conflito com o que podem considerar valioso aqueles que defendem o biocentrismo ou o holismo ambiental, como a complexidade ambiental ou a biodiversidade. Esses objetivos são atualmente vistos como ideais que teríamos que promover sempre e quando não suponha frustrar interesses humanos de importância. No entanto, vimos que temos razões para rejeitar o pensamento especista e ambientalista. Isso significa que tampouco deveríamos tentar promover esses ideais ambientalistas se eles entrarem em conflito com os interesses dos animais não humanos (MOSQUERA, 2015). Temos assim razões claras contra a tentativa de introduzir uma ecologia do medo naqueles lugares onde essa medida está sendo discutida. Por outro lado, temos também fortes razões para considerar outras formas pelas quais podemos intervir na natureza para minimizar o sofrimento e a morte dos animais.

XIII. Conclusão

Neste artigo, argumentou-se que (i) a intervenção não é algo inerentemente incorreto, mas que pode ser correta ou incorreta em função de seus objetivos; (ii) o especismo é injustificado; (iii) a ideia de que o equilíbrio ambiental é valioso em si mesmo não se encontra justificada; e (iv) o biocentrismo deve ser rejeitado. O que se segue dessas quatro afirmações é que devemos mudar os objetivos que estamos tentando alcançar quando intervimos na natureza. Aquilo que é bom para os animais não humanos deve ser o objetivo central para tais ações. Em relação ao caso concreto que examinamos aqui, não neguei que a reintrodução de lobos possa ser útil para conseguir certos propósitos. Pelo contrário, o que defendi é que os objetivos que teríamos que buscar alcançar quando intervimos na natureza devem ser completamente diferentes, mesmo que essa conclusão pareça, à primeira vista, contraintuitiva. Temos que avaliar com precaução nossas intuições iniciais sobre isso, dado que crescemos em sociedades nas quais os animais não humanos raras vezes são levados a sério.

A questão dos interesses dos animais que vivem nos distintos ecossistemas e dos desvalores presentes na natureza não foi estudada adequadamente até o momento [apesar de ter começado a receber uma atenção crescente em: (SAPONTZIS, 1984; OLIVIER, 1993; NG, 1995;

BONNARDEL, 1996; COWEN, 2003; FINK, 2005; HADLEY, 2006; MORRIS, THORNHILL, 2006; NUSSBAUM, 2006; TORRES ALDAVE, 2011; DORADO, 2012; FARIA, 2013, 2016; CUNHA, GARMENDIA, 2013; HORTA, 2015, 2013; SÖZMEN, 2013; FARIA, PÁEZ, 2015; TOMASIK, 2015)]. Em relação a isso, gostaria de dizer que, mesmo que os argumentos apresentados aqui se encontrassem equivocados, ao menos mostrariam que esse é um tema muito sério que merece muito mais atenção do que a que recebeu até o momento.

Notas

¹ Professor na Faculdade de Filosofia da Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha. e-mail: oscar.horta@usc.es

²Este artigo é uma versão revisada e atualizada do seguinte texto publicado originalmente em inglês: HORTA, O. The Ethics of the Ecology of Fear versus the Nonspeciesist Paradigm: A Shift in the Aims of Intervention in Nature, *Between the Species*, v. 13, n. 10, p. 163-187, 2010. Disponível em: digitalcommons.calpoly.edu/bts/vol13/iss10/10.

Agradeço a Daniel Dorado e Kate Marples por seus comentários, que foram muito úteis ao escrever este artigo, e a Lara André pela tradução ao português. Este trabalho foi realizado inicialmente no âmbito do projeto de investigação do MICINN 2008-0423 e posteriormente do MINECO FFI2012-31209.

³ Lara André é mestranda em Filosofia Política na Universidade do Minho, Braga, Portugal. E-mail: laraandree@gmail.com.

⁴ Para uma crítica a essa visão, ver: (SHELTON, 2004).

⁵ Sobre a questão da senciência dos insetos, ver: (SMITH, 1991).

Referências

- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Manuela García Valdés. Madri: Tecnos, 2004.
- BBC NEWS. Call for return of Scottish wolves. *BBC*, 17 set. 1999. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/sci/tech/specials/sheffield_99/450318.stm. Acesso em: 29 mar. 2015.
- . Call for wolves to be reintroduced. *BBC*, 25 jun. 2002. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/scotland/2065794.stm. Acesso em: 29 mar. 2015.
- . Call for serious debate on wolf. *BBC*, 2 mar. 2008. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/scotland/highlands_and_islands/7268765.stm. Acesso em: 29 mar. 2015.
- BEYER, H. L.; MERRILL, E. H.; VARLEY, N.; BOYCE, M. S. Willow on Yellowstone's northern range: evidence for a trophic cascade? *Ecological Applications*, v. 17, p. 1563-1571, 2007.
- BESCHTA, R. L.; RIPPLE, W. J. Recovering riparian plant communities with wolves in northern Yellowstone, USA. *Restoration Ecology*, v. 18, p. 380-389, 2010.
- BLANCO, J. C. Large carnivore damage in Spain. *Carnivore Damage Prevention News*, v. 1, p. 5-6, 2000.
- BONNARDEL, Y. Contre l'apartheid des espèces: À propos de la prédation et de l'opposition entre écologie et libération animale. *Les cahiers antispecistes*, v. 14, 2005. Disponível em: http://www.cahiers-antispecistes.org/article.php3?id_article=103. Acesso em: 29 mar. 2015.
- CALLICOTT, J. B. *In defense of the land ethic: Essays in environmental philosophy*. Albany: State University of New York, 1989.
- . The case against moral pluralism. *Environmental Ethics*, v. 12, p. 99-124, 1990.
- . The land ethic. In: JAMIESON, D. *A Companion to Environmental Philosophy*, Oxford: Blackwell, 2000. p. 204-217.
- CARRUTHERS, P. *The animal issue: moral theory in practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CHRISTIANSON, D.; CREEL, S. A nutritionally mediated risk effect of wolves on elk. *Ecology*, v. 91, p. 1184-1191, 2010.
- CLUTTON-BROCK, T. H.; COULSON, T.; MILNER, J. M. Red deer stocks in the Highlands of Scotland. *Nature*, v. 429, p. 261-262, 2004.

COLYVAN, M. Population Ecology. In: SARKAR, S. (Ed.); PLUTYNSKI, A. (Ed.) *A Companion to the Philosophy of Biology*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2008. p. 301–320
COWEN, T. Policing nature. *Environmental Ethics*, v. 25, p. 169–182, 2003.

CREEL, S.; WINNIE, J. A.; CHRISTIANSON, D. Glucocorticoid stress hormones and the effect of predation risk on elk reproduction. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 106, p. 12388–12393, 2009.

CUNHA, L. C.; GARMENDIA, G. Por que os danos naturais deveriam ser considerados de igual importância moral? *Synesis*, v. 5, p. 32-53, 2013. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&op=view&path%5B%5D=278&path%5B%5D=223>. Acesso em: 6 jul. 2015.

DESCARTES, R. *Discours de la méthode*. Paris: Vrin, 1930.

DORADO, D. Una aproximación bibliográfica al problema del mal en la naturaleza. *Revista de Bioética y Derecho*, v. 26, p. 55–59, 2012. Disponível em: http://www.ub.edu/fildt/revista/pdf/rbyd26_animal.pdf. Acesso em: 6 jul. 2015.

FARIA, C. Differential obligations towards others in need. *Astrolabio*, v. 15, p. 242–246, 2013. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Astrolabio/article/viewFile/275058/363046>. Acesso em: 8 jul. 2015.

_____. *Animal ethics goes wild: The problem of wild animal suffering and intervention in nature*. Tese de doutoramento, Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2016.

FARIA, C.; PAEZ, E. Animals in Need: the Problem of Wild Animal Suffering and Intervention in Nature. *Relations. Beyond Anthropocentrism*, v. 3, n. 1, p. 7-13, 2015. Disponível em: <http://www.ledonline.it/index.php/Relations/article/view/816/660>. Acesso em: 11 jul. 2015.

FINK, Ch. K. The predation argument. *Between the Species*, v. 5, 2005. Disponível em: <http://digitalcommons.calpoly.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1041&context=bts>. Acesso em: 29 mar. 2015.

HADLEY, J. The duty to aid nonhuman animals in dire need, *Journal of Applied Philosophy*, v. 23, p. 445-451, 2006.

HARGROVE, E. Foundations of wildlife protection attitudes. In: HARGROVE, E.C. (Ed.) *The Animal Rights/Environmental Ethics Debate: The Environmental Perspective*. Albany: State University of New York, 1992. p. 151–83

HEDRICK, P. W.; FREDRICKSON, R. J. Captive breeding and the reintroduction of Mexican and red wolves. *Molecular Ecology*, v. 17, p. 344–350, 2008.

HORTA, O. Zoopolis, intervention, and the state or nature. *Law, Ethics and Philosophy*, v. 1, p. 113–125, 2013. Disponível em:

<http://www.raco.cat/index.php/LEAP/article/view/294784/383317>. Acesso em: 7 jul. 2015.

_____. O problema do mal natural: bases evolutivas da prevalência do desvalor. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 10, p. 111-135, 2015 [2011]], tradução de Luciano Carlos Cunha.

https://www.academia.edu/30695366/O_problema_do_mal_natural_bases_evolutivas_da_preval%C3%Aancia_do_desvalor. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. Igualitarismo, igualação por baixo, antropocentrismo e valor da vida. *Synesis*, v. 8, p. 216–239, 2016, tradução de Luciano Carlos Cunha. <http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&op=view&path%5B%5D=968&path%5B%5D=602>. Acesso em: 3 fev. 2017.

LAUNDRE, J. W.; HERNANDEZ, L.; RIPPLE, W. J. The landscape of fear: Ecological implications of being afraid. *The Open Ecology Journal*, v. 3, p. 1–7, 2010.

LEOPOLD, A. *A Sand County almanac, with essays on conservation from Round River*. New York: Ballantine Books, 1966.

LINKOLA, P. *Can life prevail?: A radical approach to the environmental crisis*. Londres: Integral Tradition Publishing, 2009.

MANNING, A. D.; GORDON, I. J.; RIPPLE, W. J. Restoring landscapes of fear with wolves in the Scottish Highlands. *Biological Conservation*, v. 142, p. 2314–2321, 2009.

MARTÍNEZ GUTIÉRREZ, P. G. *Detección de áreas potenciales para la reintroducción del lobo mexicano (Canis lupus baileyi) en México*. Monografía (Graduação). Xalapa, Instituto de Ecología, 2007.

MECH, L. D. The challenge and opportunity of recovering wolf populations, *Conservation Biology*, v. 9, p. 270–278, 1995.

_____. Is science in danger of sanctifying the wolf? *Biological Conservation*, v. 150, p.143-149, 2012.

MORGAN, J. Crying wolf, now with added bite. *The Herald*, 1 fev. 2007. Disponível em: <http://www.heraldscotland.com/crying-wolf-now-with-added-bite-1.839418>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MORRIS, M. C.; THORNHILL, R. H. Animal liberationist responses to non-anthropogenic animal suffering. *Worldviews*, v. 10, p. 355–379, 2006.

MOSQUERA, J. The Harm They Inflict When Values Conflict. *Relations: Beyond Anthropocentrism*, v. 3, n. 1, p. 65-77, 2015. Disponível em: <http://www.ledonline.it/index.php/Relations/article/view/822/664>. Acesso em: 11 jul. 2015.

NÆSS, A. *The selected works of Arne Næss. Deep ecology of wisdom*. Dordrecht: Springer, 2005. v. 10.

NG, Y.-K. Towards welfare biology: Evolutionary economics of animal consciousness and suffering. *Biology and Philosophy*, v. 10, p. 255–85, 1995.

NILSEN, E. B., MILNER-GULLAND, E. J.; SCHOFIELD, L.; MYSTERUD, A.; STENSETH, N. C.; COULSON, T. Wolf reintroduction to Scotland: public attitudes and consequences for red deer management. *Proceedings of the Royal Society: Series B, Biological Sciences*, v. 274, p. 995–1002, 2007.

NORTON, B. G. *Why preserve natural variety?* Princeton: Princeton University Press, 1987.

NUSSBAUM, M. C. *Frontiers of Justice: Disability, nationality, species membership*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

O'CONNELL, S. Back from the dead: could wolves and wild boar roam Britain again? *The Independent*, 10 abr. 2008. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/environment/nature/back-from-the-dead-could-wolves-and-wild-boar-roam-britain-again-806900.html>. Acesso em 30 mar. 2015.

OLIVIER, D. Pourquoi je ne suis pas écologiste. *Les cahiers antispécistes*, v. 14, 1993. Disponível em: <http://www.cahiers-antispecistes.org/spip.php?article52>. Acesso em: 30 mar. 2015.

PIANKA, E. R. On *r* and *K* selection. *American Naturalist*, v. 104, p. 592– 597, 1970.

PREISSER, E. L.; BOLNICK, D. I.; BENARD, M. F. Scared to death? The effects of intimidation and consumption in predator–prey interactions. *Ecology*, v. 86, p. 501–509, 2005.

PRUGH, L. R.; STONER, C. J.; EPPS, C. W.; BEAN, W. T.; RIPPLE, W. J.; LALIBERTE, A. S.; BRASHARES, J. S. The rise of the mesopredator. *Bioscience*, v. 59, p. 779–791, 2009.

REICHMANN, J. *Evolution, animal 'rights' and the environment*. Washington: The Catholic University of America Press, 2000.

RIPPLE, W. J.; BESCHTA, R. L. Wolves and the ecology of fear: Can predation risk structure ecosystems? *BioScience*, v. 54, p. 123–138, 2004.

_____. Restoring Yellowstone's aspen with wolves, *Biological Conservation*, v. 138, p. 514–519, 2007.

RIPPLE, W. J.; LARSEN, E. J. Historic Aspen recruitment, elk, and wolves in Northern Yellowstone National Park, USA. *Biological Conservation*, vol. 95, p. 361–370, 2000.

SAGOFF, M. Animal liberation and environmental ethics: Bad marriage, quick divorce. *Osgoode Hall Law Journal*, v. 22, p. 297-307, 1984.

SAPONTZIS, S. Predation. *Ethics and Animals*, v. 5, p. 27–38, 1984. Disponível em: <http://digitalcommons.calpoly.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1220&context=ethicsandanimals>. Acesso em: 11 jul. 2015.

SCANLON, Th. M. *What we owe to each other*. Cambridge: Belknap, 1998.

SCOTTISH GOVERNMENT RURAL AND ENVIRONMENT RESEARCH AND ANALYSIS DIRECTORATE, *Agriculture facts and figures*. Edimburgo: Scottish Government Rural and Environment Research and Analysis Directorate, The Scottish Government, 2010. Disponível em: <http://www.scotland.gov.uk/Resource/Doc/314320/0099836.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SHELTON, J.-A. Killing animals that don't fit in: Moral dimensions of habitat restoration. *Between the Species*, v. 13, n. 4, p. 1–21, 2004. Disponível em: <http://digitalcommons.calpoly.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1048&context=bts>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SINGER, F. J. *Effects of grazing by wild ungulates in Yellowstone National Park*, Technical Report NPS/NRYELL/NRTR/96-01. USDI NPS, Natural Resource Program Center, Denver, 1996.

SMITH, D. W. Ten years of Yellowstone wolves, 1995–2005. *Yellowstone Science*, v. 13, p. 7–33, 2005.

SMITH, D. W.; STAHLER, D. R.; ALBERS, E.; METZ, M.; WILLIAMSON, L.; EHLERS, N.; CASSIDY, K.; IRVING, J.; RAYMOND, R.; ALMBERG, E.; MCINTYRE, R. *Yellowstone wolf project: Annual report, 2008*. Yellowstone National Park: Yellowstone Center for Resources, National Park Service, 2009.

SMITH, J. A. A question of pain in invertebrates. *Institute for Laboratory Animal Research Journal*, v. 33, p. 25–32, 1991. Disponível em: <http://ilarjournal.oxfordjournals.org/content/33/1-2/25.full>. Acesso em: 7 jul. 2015.

SÖZMEN, B. I. Harm in the wild: Facing non-human suffering in nature. *Ethical Theory and Moral Practice*, v. 16, p. 1075–1088, 2013.

STEARNS, S. C. *The evolution of life histories*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

TAYLOR, P. *Respect for nature*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

TOMASIK, B. The Importance of Wild-Animal Suffering. *Relations: Beyond Anthropocentrism*, v. 3, n. 2, p. 133–152, 2015.

TORRES ALDAVE, M. De lobos y ovejas: ¿les debemos algo a los animales salvajes? *Ágora: Papeles de Filosofía*, v. 30, p. 77–98, 2011. Disponível em: <https://dspace.usc.es/bitstream/10347/7397/3/79-100.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2015.

VANGUARDIA, Son envenenados lobos liberados en Sonora. *Vanguardia*, 21 fev. 2012. Disponível em: <http://www.vanguardia.com.mx/sonenvenenadoslobosliberadosensonora-1223385.html>. Acesso em: 30 mar. 2015.

VARNER, G. Biocentric individualism. In: SCHMIDTZ, D. (Ed.); WILLOT, E. (Ed.) *Environmental ethics: What really matters, what really works*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 108–120

WAGNER, F. H; HAMILTON, W. L. (Colab.); KEIGLEY, R. B. (Colab.) *Yellowstone's Destabilized Ecosystem: Elk Effects, Science, and Policy Conflict: Elk Effects, Science, and Policy Conflict*. Nova York: Oxford University Press, 2006.

WATSON FEATHERSTONE, A. The wild heart of the Highlands. *Ecos*, v. 18, p. 48–61, 1997.

WHEWELL, W. *Lectures on the history of moral philosophy in England*. Londres: John Parker, 1852.

WHITE, P. J.; SMITH, D. W.; DUFFIELD, J. W.; JIMENEZ, M.; MCENEANEY, T.; PLUMB, G.; Yellowstone after wolves: Environmental impact statement predictions and ten-year appraisals. *Yellowstone Science*, v. 13, p. 34–41, 2005.

WILSON, C. J. Could we live with reintroduced large carnivores in the UK? *Mammal Review*, v. 34, p. 211–232, 2004.

ZAMORA BÁRCENAS, D. F. Análisis de viabilidad poblacional del lobo mexicano (*Canis lupus baileyi*) en Sierra Madre Occidental. Monografía (Graduação). Querétaro, Universidade Autônoma de Querétaro, 2011.